

PORTUGAL MILITAR NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

JOÃO VIEIRA BORGES. Coronel do Exército.

1. Introdução

Como comandante do Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1, que ocupa as instalações do Palacete da Arcada em Queluz, mandado construir por D. João VI, é com redobrada satisfação que abordo o Portugal Militar no início do Século XIX, afinal o período em que o primeiro dos meus antecessores se debatia com os problemas inerentes à instalação de uma Guarda Real de Infantaria e Cavalaria que protegesse a família Real, que tinha o Palácio de Queluz como residência oficial desde o incêndio na barraca real da Ajuda.

O período que vou de seguida analisar em termos do *Portugal Militar no início do século XIX*, vai desde a Guerra do Rossilhão, como símbolo da nova guerra revolucionária, até à partida de uma armada com 15 000 portugueses para o Brasil, na sequência da primeira invasão francesa.

Depois de um período marcado pela ideologia das luzes, pela primeira revolução industrial e pela independência dos EUA, foi sobretudo a execução de Luís XVI, em 1793, que acordou as monarquias europeias para a realidade. Todos estes acontecimentos se constituíram em verdadeiros terramotos políticos, diplomáticos, económicos e militares, numa época em que o “equilíbrio de poderes” assente no antagonismo entre a Inglaterra (marítima) e a França (continental) pela hegemonia e pelo controlo dos espaços e mercados ultramarinos, constituía a regra do xadrez internacional.

Nesse mundo dominado pela Europa e sobretudo pela Inglaterra, França, Espanha, Rússia, Áustria, Prússia, Holanda e Portugal, a revolução francesa ameaçou o desequilíbrio e daí o empenhamento de Portugal no final do século XVIII, na Campanha do Rossilhão, em defesa dos domínios ultramarinos e do controlo dos mares. Nesta campanha militar e posteriormente na “Guerra das Laranjas”, a estratégia nacional continuou dividida no apoio à Inglaterra (com a conseqüente invasão do território continental) ou à França (com a conseqüente perda dos domínios ultramarinos), colocando Portugal, mais uma vez, na fronteira do conflito entre as grandes potências. Apesar de Portugal ter usado a neutralidade como instrumento da sua política externa, as suas ações diplomáticas, económicas e mesmo militares, tinham implícita a prioridade para o tradicional aliado marítimo (Inglaterra) e para o Brasil (natural opção atlântica e fonte de receitas).

Independentemente da sua estratégia mais ou menos implícita, Portugal não constituía um verdadeiro dissuasor, em especial o Exército, com graves lacunas em termos de recrutamento, de disciplina, de equipamento e de fardamento.

Vejamos então de que modo o Portugal militar no início do século XIX condicionou ou foi condicionado pela estratégia nacional...

2. O Portugal Militar do Rossilhão

Após a saída do conde de Lippe, o Exército, ao contrário da Marinha, voltou ao desleixo, à desorganização e à incúria, claramente incapaz de conter qualquer inimigo em terra.

A partir de 1779, dois anos após a morte de D. José e já com D. Maria I, começariam a ser pagos, com regularidade, os soldos dos militares, altura em que se procedeu ao arranjo de castelos e fortalezas marítimas. A melhoria estendeu-se à formação com um esforço equivalente ao que de melhor havia na Europa, com a criação da Academia Real de Marinha (1779), da Companhia de Guardas Marinhas (1782), ambas antecessoras da actual Escola Naval. Estas instituições (a que mais tarde se juntaria a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho Militar, em 2 de Janeiro de 1790) constituíram a semente duma nova geração de “oficiais da espada”, em oposição aos “oficiais de sangue”,¹ numa altura em que faltavam fidalgos interessados em entrar para o Exército.

Sob a orientação do ministro Martinho de Melo e Castro,² a administração da Marinha foi profundamente reorganizada e modernizada, de que resultou a construção de navios de excelente qualidade. Em 1793, a armada portuguesa era composta de 13 naus, 17 fragatas e 13 brigues, além de outros navios ligeiros (Pereira, *Campanhas Navais* 9). Para além da frota que foi enviada para Porthsmouth, a chamada “Esquadra do Canal”, seria uma esquadra portuguesa que sob o comando do chefe de Divisão Pedro Mariz de Sousa, escoltaria a “Divisão Auxiliar” para a Catalunha.

¹ A função de comandante passou a exigir outras qualificações e um curriculum próprio. Ser oficial tornou-se numa profissão, sem o exclusivo social. A formação de corpos com um saber técnico especializado, resultante da criação das escolas militares, no reinado de D. Maria I, é um vector que acentua a dimensão de mobilidade social ascendente das carreiras militares. No entanto, e na prática, a presença aristocrática ainda seria marcante até cerca de metade do século XIX.

² Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar entre 1770 e 1795. O seu sucessor seria D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Entretanto, a partir de 1789, aumentaram as determinações do Conselho de Guerra, na dependência do ministro Luís Pinto de Sousa Coutinho. A evolução desfavorável da situação em França, levou o Governo Português a adoptar uma série de medidas para a instituição militar, das quais se destacam:

- Reduziu-se para seis anos (em vez de dez), o serviço militar, para aqueles que se alistassem voluntariamente (Alvará de 14Jan1791);
- Aumentou-se o soldo aos oficiais e criaram-se vantagens na reforma (Alvará de 16Dez1790);
- Distinguíram-se os oficiais com maior grau na hierarquia, ao serem tomados como fidalgos da casa real os marechais de campo e tenentes-generais (Decreto de 13Mai1789);
- Elevaram-se as Ordens Militares, em especial a de Aviz (Lei de 19Jun1789);
- Cuidou-se mais da instrução, tendo-se reunido, em Abril de 1790, na Tapada da Ajuda, uma Brigada de infantaria com algumas bocas de fogo dos Regimentos de artilharia da Corte e de Estremoz, sob o comando do tenente coronel Valeré (francês). Em Setembro, realizam-se novas manobras na Porcalhota, já com duas Brigadas de infantaria, uma Brigada de cavalaria e alguma artilharia, composta de 6 canhões de calibre 6,2 obuses, 1 morteiro, além de peças de campanha pertencentes aos regimentos de infantaria, sob o comando do marechal-de-campo conde de Oeynhausen;
- Criou-se a Guarda de Corpo, destinada a velar especialmente pela segurança do monarca (veio a ser aquartelada na Ajuda e comandada pela mais alta nobreza de Portugal);
- Criou-se a Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho (2Jan1790), antecessora da actual Academia Militar (instalada inicialmente no Colégio dos Nobres em 1790);
- Reorganizou-se a artilharia, passando cada Regimento a ser composto por 10 Companhias, 3 graduadas e as outras de artilheiros.³ Ao mesmo tempo criava-se um Regimento de artilharia da Marinha, para guarnição das naus e outras embarcações de guerra;
- Reorganizou-se, em novas bases, a marinha de guerra portuguesa;
- Melhoraram-se os estaleiros do Arsenal de Lisboa, impulsionados pelo ministro Martinho de Mello, que nunca deixaram de produzir magníficas unidades de combate (em 1796, dispúnhamos de 12 naus de guerra, 2 corvetas, 12 bergantins e 6 charruas, num total de 45 navios de alto bordo e 26 pequenas embarcações);
- Restauraram-se inúmeras fortalezas.

Apesar de todo este esforço, aquando da assinatura dos tratados com a Espanha (15 de Julho de 1793) e a Inglaterra (26 de Setembro de 1793), o Exército ainda se encontrava

³ Já se encontravam ao serviço desde D. José, os obuses de campanha, primeiro material de campanha que possibilitava a utilização da granada explosiva com espoleta. As unidades de campanha eram pois mistas, com peças de 3, 6 ou 9 libras e obuses de 5,5 ou 6 polegadas (Rubim, *Artilharia* 31).

longe de poder responder a qualquer intervenção militar significativa, para além do esforço correspondente a uma Brigada.

Depois da França ter declarado guerra à Grã-Bretanha e à Espanha em 1793, Portugal foi então solicitado pela Espanha para enviar uma Divisão Auxiliar às operações ofensivas dos Pirinéus, pedido a que anuiu ao abrigo da convenção militar assinada em 1778. A partir dessa decisão, a França deixou de reconhecer o estatuto de neutralidade de Portugal. Em face da possibilidade da participação na Campanha Militar no Rossilhão, foram efectuadas manobras na Charneca de Sintra, entre Junho e Julho de 1793, que constituiriam o ensaio para o Corpo que iria mais tarde combater nos Pirinéus. Sob o comando do tenente general Marquês de Minas,⁴ participaram nessas manobras seis Regimentos de Infantaria e dois Regimentos de Cavalaria, além de bocas de fogo. Foi também testada a organização e a composição daquilo que viria a constituir a Divisão Auxiliar. Foram depois solicitadas pelo aviso de 26 de Julho de 1793, cerca de 650 praças voluntárias para colmatarem as lacunas existentes (a idade dos voluntários situou-se entre os 14 e os 52 anos) (Oliveira, *A Participação* 311).

Assim, aquando da participação na campanha do Rossilhão, o Exército português apresentava sérias deficiências, tendo sido feito um grande esforço financeiro e organizativo, que resultou numa verdadeira oportunidade de reestruturação e actualização do Exército, mas também da própria Marinha.

Constituiu-se assim, o “Exército Auxiliar à Coroa de Espanha”,⁵ organizado numa Divisão a 6 Regimentos de Infantaria (1.º e 2.º do Porto, Olivença, Peniche, Cascais, e Freire de Andrade), uma Brigada de Artilharia a 22 bocas de fogo, um estado-maior, oficiais engenheiros, secretariado, hospital e farmácia, víveres e carruagens, num efectivo aproximado de 5 400 homens, tudo sob o comando em chefe do tenente-general João Forbes Skellater.

Apesar da falta de compreensão manifestada pela maioria da população em relação a esta guerra, o “Exército Auxiliar à Coroa de Espanha” foi formado em cerca de três meses. Comprou-se material novo pois «...era tão velho e deteriorado o armamento que a maior parte das espingardas eram totalmente incapazes de serviço...», e preparou-se o pessoal. A 19 de Setembro de 1793, embarcou o “Exército Auxiliar à Coroa de Espanha” numa frota, constituída por cinco navios de guerra e nove navios mercantes, e comandada pelo chefe de Divisão Pedro Mariz de Sousa Sarmento.

⁴ Que viria a ser substituído, no comando, por Forbes Skellater, então general de Cavalaria no referido exercício.

⁵ Assim designadas as tropas portuguesas de socorro, embora, como diz Latino Coelho, fosse hiperbólica a designação.

Foi com este ambiente, manifestamente adverso que, pela primeira vez na sua história, Portugal destacou um forte contingente terrestre (não esquecendo Alarcos, Navas de Tolosa, Salado e a Guerra da Sucessão de Espanha), para intervenção militar na Europa. Divididas as tropas portuguesas no Teatro de Operações, tiveram comportamentos diversos, desde actos heróicos a actos de indisciplina, muitas vezes derivados da falta de apoio logístico e político.

As conseqüências técnico-militares desta campanha, que para Portugal terminara em Agosto de 1795, manifestaram-se mais ao nível da experiência colhida para a preparação para a guerra que se avizinhava, do que de ensinamentos colhidos ao nível tático e técnico.

Para Manuel Pinheiro Chagas, a campanha do Rossilhão “(...) deu honra ao brio e à intrepidez dos nossos soldados, e mostrou que não estavam apagadas no nosso Exército as suas velhas e gloriosas tradições” (Chagas, *História* 377). Levantou indiscutivelmente o moral das tropas portuguesas, pela consciência do bom desempenho, tão elogiado à sua chegada.

Mas, como salienta o general Ferreira Martins “(...) a acção das tropas portuguesas nas campanhas do Roussillon e da Catalunha foi rapidamente esquecida, a despeito dos louvores que mereceu das entidades supremas de Portugal e de Espanha” (Martins, *História* 205).

Assim, não estaremos muito longe da verdade se dissermos que do muito sangue, suor e lágrimas, e da “honra e valor” colhidos na Campanha do Rossilhão e da Catalunha, terão sido a experiência e o saber militar, que sobraram, como mais valias, para as campanhas napoleónicas. Essa experiência e esse saber, teriam repercussões no Portugal militar do século XIX, que na prática já havia começado com a revolução francesa.

3. O Portugal Militar Pré-invasão

Após o Rossilhão, começaram a desenvolver-se acções militares no sentido de fazer face às represálias francesas e espanholas. Para tal, D. João VI ⁶ mandou fortalecer os dispositivos militares, com destaque para as fortalezas do Algarve e Minho e aumentou, para 1 200, o

⁶ Desde 10 de Fevereiro de 1792 assumiu a direcção dos negócios públicos, em virtude da doença mental da mãe. Foi nomeado príncipe-regente a 15 de Julho de 1799. Só seria o 27.º rei de Portugal, como D. João VI (o Clemente) a partir de 20 de Março de 1816.

número de praças de cada regimento de artilharia e da Marinha. Foi então feito um grande esforço no recrutamento, de modo a obter «homens voluntários, bem educados e com princípios de honra», condição de boa disciplina no Exército:

Entre 1 e 7 de Agosto de 1796 foi promulgada legislação para a reorganização do exército, que englobou, o aumento de efectivos da artilharia, cavalaria e infantaria, a criação de Regimentos de Milícia, em substituição dos Terços Auxiliares, e uma Legião Ligeira, com tropas de infantaria, cavalaria, e artilharia. Foram extintos todos os privilégios que isentavam do serviço militar. (...). A Marinha foi reorganizada pelo Alvará de 28 de Agosto de 1797. Do seu conteúdo destaca-se a criação de uma Brigada Real da Marinha, para guarnição dos navios da armada”. (Ribeiro, *Organização* 48)

Nesta altura contratou-se um general austríaco, o príncipe de Waldeck, para comandar o exército de campanha em caso de guerra, e um conjunto de oficiais franceses dirigidos pelo marquês de La Rosière, para organizarem o estado-maior do Exército. Mais uma vez um atestado de incompetência aos quadros portugueses...

A proporção oficiais-soldados era elevadíssima.⁷ Em 1798 havia mais de 500 oficiais do Exército de patente superior a capitão, respectivamente: 17 marechais, 30 tenente-gerais, 22 brigadeiros, 98 coronéis, 129 tenente-coronéis e 208 sargentos-mor (Marques, *História* 319). Eram as naturais consequências da Guerra do Rossilhão, com promoções por compensação, que teriam as suas repercussões ao nível da incapacidade de gestão e organização. O exército seria ainda comandado pela alta aristocracia até 1807 (com parte substancial dos quadros a partir para o Brasil), mesmo depois das reformas de D. Maria I, no que concerne à maior abertura das escolas militares.

Em 1798 foi apresentado um novo plano que previa a divisão das forças portuguesas em dois corpos; um para defesa de Lisboa e outro para defesa do Porto.

No entanto, pouco depois, a 1 de Janeiro de 1800 (incompreensivelmente pouco depois do golpe de estado de Brumário em França), D. João VI reduzia as despesas e por consequência os efectivos, e baixava o grau de prontidão das forças, numa tentativa de resolver a falta de mão-de-obra na agricultura. Deste modo, em Setembro de 1800, o Exército português compunha-se de vinte e quatro regimentos de infantaria, que a 1 600 homens cada um, perfaziam o total de 38 400 homens; doze regimentos de cavalaria (com cavalos pequenos e de má qualidade), que a 462 homens cada um davam o total de 5 544 homens;

⁷ Por outro lado, o exército estava cheio de espíões, quer do lado da França republicana, quer do lado da Inglaterra conservadora. O País encontrava-se num estado crónico, dividido em dois partidos, que apoiavam franceses e ingleses.

cinco regimentos de artilharia,⁸ a 1 200 praças, davam o total de 6 000 homens.⁹ Havia ainda uma Legião de Tropas Ligeiras, comandada pelo Marquês de Alorna com pouco mais de 1 300 homens. No total, as tropas de primeira linha seriam cerca de 51 262 homens; mas de facto, não passariam de 30 000. A estes valores poderiam ser somados os cerca de 34 400 homens de milícias, divididos em 43 regimentos. (Almeida, *História* 464). Estes regimentos de milícias (que derivavam dos terços auxiliares) passavam a ter uma organização semelhante aos regimentos de primeira linha e a constituir as forças de uma segunda linha efectiva.

Na prática, Portugal continuava a ter dois exércitos (em que alguns regimentos pouco ultrapassavam metade dos soldados que deviam ter): o do Norte, com cerca de 15 a 20 000 homens em armas, comandado pelo Marquês de La Rozière (para defesa do Minho, Trás-os-Montes e sobretudo do Porto) e o do Sul, com menos de 20 000 homens, comandado pelo general Forbes Skellater e que tinha ordens para se manter o mais possível na fronteira do Alto Alentejo (para defesa de Lisboa). O plano de defesa de Portugal assentava assim, na defesa de Lisboa e do Porto, tendo por base um primeiro cordão de forças milicianas (um segundo nível de serviço militar a que todos os portugueses deviam ser obrigados). Mantinha-se o sistema tradicional quanto à divisão em tropas regulares, milícias e ordenanças (a grande questão estava na sua rápida mobilização), aumentava-se o número de companhias de caçadores nos regimentos de infantaria, e simplificava-se o manejo das armas e algumas evoluções.

Entretanto, a Marinha tinha uma vasta experiência na defesa das rotas comerciais, do continente ao Brasil e continuava a reforçar a sua frota devido ao trabalho de excelência de Martinho de Melo e Castro e D. Rodrigo de Sousa Coutinho. De acordo com José Rodrigues Pereira (2005),

(...) a Armada Portuguesa contava, no virar do século com 65 navios de alto bordo (14 naus, 23 fragatas, 3 corvetas, 17 brigues e 8 charruas) além de outros de menor porte. Isto significava, segundo o Comandante Marques Esparteiro, um efectivo em pessoal embarcado de cerca de 560 oficiais e 12 000 homens, o que para uma população à época de 3 100 000 habitantes, corresponderia actualmente num Portugal com 10 500 000 habitantes a um efectivo permanente de 1900 oficiais e 40 700 homens. (15)

⁸ Para alguns autores eram 4 os regimentos, com oficiais que ascenderiam ao generalato como José António da Rosa e António Teixeira Rebelo.

⁹ De acordo com Fernando Pereira Marques esse número não ultrapassava os 38348, com 28460 de infantaria, 5088 de cavalaria e 4800 de artilharia (*Exército* 52).

Entre os oficiais marinheiros destacou-se então o Marquês de Nisa que, no comando de uma esquadra de seis navios, se reuniu à esquadra de Nelson (bloqueou Malta e cooperou na restauração da monarquia em Nápoles) irritando Napoleão que terá dito: “tempo virá em que a Nação portuguesa pagará com lágrimas de sangue o ultraje que está a fazer à república francesa” (Selvagem, *Portugal* 490).

Na sequência da rápida ¹⁰ “Guerra das Laranjas”, a última guerra entre Portugal e Espanha, o Duque de Lafões ¹¹ (com o Exército do Alentejo, organizado em 3 divisões) enfrentou um exército espanhol com cerca de 12 000 homens na região de Arronches com um exército “mal armado, mal comandado, inteiramente desorganizado” (Selvagem, *Portugal* 490) e depois de um breve combate retirou para Abrantes, perseguido de perto pelos espanhóis. Segundo Manuel Amaral (2006):

A Guerra de 1801 tinha mostrado claramente as deficiências da organização militar portuguesa. Os efectivos da primeira linha eram demasiado pequenos, os regimentos de milícias não serviam para reforçar o exército de primeira linha, a cavalaria não tinha instrução de cavalaria ligeira, nem tão pouco servia como cavalaria pesada devido à falta de qualidade das montadas e a artilharia não tinha mobilidade suficiente. (343)

Pelo tratado de Madrid de 29 de Setembro de 1801, Portugal cedia Olivença à Espanha e assumia o compromisso de pagar à França 20 milhões de libras tornezas.

Mas esta guerra de semanas, para a qual o Duque de Lafões tinha os seus planos (descritos por Garção Stockler), também teve as defesas vitoriosas do Algarve e do Minho, e a capacidade demonstrada pela Marinha na defesa das rotas marítimas no Atlântico e nas conquistas no Brasil. Por outro lado, o facto de a Inglaterra ter recusado, à última hora, o devido apoio (mandou inclusivamente retirar dois regimentos, com o pretexto de serem necessários para debelar uma revolta na Irlanda), deixou mais clara a prática política de que os interesses se sobrepõem sempre às amizades em termos de relações entre Estados. Os próprios aliados ingleses desem-

¹⁰ A guerra começou a 20 de Maio de 1801 e terminaria com o tratado com a Espanha, aprovado e ratificado a 14 de Junho de 1801 (na prática, duraria cerca de três semanas, tendo terminado com as conversações preliminares da paz em Badajoz).

¹¹ Foram secretários de estado e dos negócios da guerra e do exército, neste período: visconde de Vila Nova de Cerveira, entre 01/05/1786 e 06/01/1801, Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, entre 06/01/1801 e 01/07/1801, conde das Galveias, D. João de Almeida de Melo e Castro, entre 01/07/1801 e 23/08/1803, visconde de Anadia, entre 23/08/1803 e 06/06/1804, conde da Barca, António de Araújo e Azevedo, entre 06/06/1804 e 26/01/1807 e conde de Sampaio (depois Marquês) entre 26/01/1807 e 01/02/1808 (altura em que seria nomeado M. Lhvyte, secretário do general Junot).

barcaram nesta altura (24 de Julho de 1801) cerca de 4.000 homens na Madeira, sob o comando do coronel Clinton e com intenções duvidosas (os quais só retirariam em Março de 1802).

No final desse ano fatídico, e depois da demissão do já idoso duque de Lafões, foram efectuadas reformas administrativas.¹² A 1 de Dezembro de 1801, foi criado por D. João VI um Conselho Militar para estabelecer um Sistema de Organização Militar para o Exército português. A primeira sessão aconteceria a 7 de Janeiro de 1802¹³ e só a 5 de Março de 1802 as propostas foram apresentadas ao ministro da Guerra, através de um relatório escrito por D. Miguel Pereira Forjaz, secretário do Conselho Militar. Em Janeiro de 1803 estava tudo em vias de ser concluído. Mas atrasos sucessivos levaram a que, só em Julho, três livros fossem aprovados, mais com a intenção de distribuir aos oficiais para criar um clima favorável às reformas que tinham como linha mestra o final das Milícias e a reforma das ordenanças.

Em face da criminalidade crescente e do flagelo social que tocava a sociedade portuguesa foi criada a Guarda Real de Polícia, por alvará de 10 de Dezembro de 1801. Em Julho de 1803, ocorreram os motins de Campo de Ourique, na seqüência das divisões que reinavam no Exército, entre o apoio aos franceses e o apoio aos ingleses (mais ligada ao facto de Gomes Freire de Andrade considerar que as reformas constituíam um ataque “contra a aristocracia”). Esta foi mais uma das razões que levaram ao atraso das reformas, que só teriam lugar em 1806.

Em 1804, o Marquês de Alorna escreveu sobre a reestruturação no exército português (*Reflecções sobre o Systema Económico do Exército*). Mais tarde, em 1806, também Gomes Freire de Andrade escreveria sobre a organização do exército de Portugal (*Ensaio sobre o Método de Organizar em Portugal o Exército*) sendo de destacar a preocupação com a justiça do recrutamento, para constituir um verdadeiro Exército de Cidadãos.¹⁴

Entretanto, os comandantes recrutados no estrangeiro eram efémeros (marechal prussiano conde de Goltz – entre 31 de Julho de 1801 e 9 de Junho de 1802 – e o general conde de Viomenil) e as recomendações eram orientadas no sentido do reforço da disciplina e do treino e da adopção dos regulamentos do conde de Lippe. Na prática, os dois grandes problemas que preocupavam o exército eram essencialmente a falta de capacidade dos oficiais, mas também a deficiente administração e logística.

¹² Em Agosto foi criada a “Junta da Direcção Geral dos Provimientos de Boca para o Exército”, juntamente com uma “Contadoria dos Arsenais do Exército, Fundições, Praças, Armazéns, Fábricas de Pólvora e Petrechos de Guerra”.

¹³ Segundo Mendo Castro Henriques (*D. Miguel 702*), a Comissão adoptou como base de trabalho o plano de reformas de Forbes: adoptar táticas introduzidas pelos exércitos revolucionários franceses; simplificar as manobras; abolir as milícias e reorganizar as ordenanças como base de recrutamento e levantamento em massa.

¹⁴ Indica um novo caminho a seguir no que se refere ao recrutamento, que assentava então, quase exclusivamente, sobre os camponeses.

Imediatamente antes da primeira invasão francesa, e de acordo com a visão pessimista de Carlos Selvagem (1931),

(...) militarmente, o exército de linha, mal pago, indisciplinado, sem armamento, sem instrução nem comandos, desnacionalizado pela campanha de 1801, e além disso minado pela influência dissolvente, desnacionalizadora, das sociedades secretas, era uma turba de inválidos e politicantes, com que não se podia contar para a guerra. (495).

Apesar de tudo, as reformas consumir-se-iam em 18 de Maio de 1806, tendo por referência o modelo francês:

- Aboliram-se as antigas designações regimentais e organizou-se o exército nas modernas divisões e brigadas;
- Numeraram-se os Regimentos tendo em atenção a formatura na linha por ordem numérica e não a antiguidade ou graduação do respectivo comandante;
- Criaram-se três Divisões; a do Norte, com 4 Brigadas de Infantaria (8 Regimentos), com 4 Regimentos de Cavalaria, e um de Artilharia; a do Centro, com a mesma constituição; e a do Sul, com mais um Regimento de Artilharia;¹⁵
- Mantiveram-se os 43 Regimentos de Milícias (antigos terços de auxiliares), apesar dos novos regulamentos;
- Deram-se novos uniformes às tropas de linha, milícias e ordenanças (novo padrão esboçado por Forjaz).

Por alvará de 21 de Outubro do mesmo ano, ainda se dava nova organização às ordenanças e milícias. De acordo com Carlos Selvagem:

(...) o reino era dividido em 24 brigadas de ordenanças que serviam de distritos de recrutamento para as tropas de linha. Novos regimentos de milícias¹⁶ foram também criados, em substituição de alguns, que se dissolveram, elevando-se a 48 os 43 regimentos anteriores. A força total de milicianos veio a fixar-se em 52 848 homens; o exército de linha, com os seus 24 regimentos de infantaria, 12 de cavalaria e 4 de artilharia, não comportaria mais de 10 000 a 12 000 soldados aproveitáveis. (496)

¹⁵ Manuel Amaral considera que estas divisões territoriais nunca tiveram efeito prático "já que os Generais de Divisão nunca foram nomeados, mantendo-se o exército distribuído pelos 7 Governos de Armas". O número de Regimentos era sensivelmente o mesmo de 1762 e de 1800

¹⁶ Segunda linha ou primeira reserva. Integravam os cidadãos que saíam da tropa activa mas que conservavam ainda qualidades para o serviço militar. Os comandantes e adjuntos principais pertenciam ao serviço activo.

Apesar destas limitações, Miguel Forjaz ¹⁷ tinha a noção de que se poderiam reunir cerca de 30.000 homens, “desde que houvesse firmeza por parte do príncipe-regente em controlar as múltiplas autoridades que intervinham no sistema defensivo” (Henriques 707).

Na Marinha, a situação era mais favorável. De acordo com Carlos Selvagem (496), em 1806 a situação da Marinha em Portugal era a seguinte:

- Fundeadas no Tejo havia 11 naus, de 64, 74 e 84 peças, das quais apenas 3, a D. Sebastião, a D. Maria I e a Princesa da Beira, incapazes de serviço e outra, a Vasco da Gama, em conserto no estaleiro quase pronta;
- Das 9 fragatas de guerra, de 44, 36 e 32 peças, apenas 4 podiam servir, duas achavam-se incapazes de servir, duas achavam-se incapazes do serviço e 3 precisavam de conserto;
- Os 3 brigues Lebre, Voador e Vingança, de 22 e 20 peças, e a escuna Curiosa, de 12 peças.

Assim, é fácil entender que o poder funcional militar português estava claramente degradado (com exceção para a Marinha) pelas lutas internas entre franceses e ingleses, lutas que reduziām drasticamente a moral e a capacidade de resistência das forças militares.

Apesar do esforço de D. João VI no sentido da neutralidade portuguesa, “não é neutro quem quer mas quem pode. E Portugal não podia...”, sobretudo fazer face dos exércitos de Napoleão.

Portugal encontrava-se no centro de um dilema com consequências claras: ou apoiava a França e perdia as suas colónias em favor dos Ingleses; ou aliava-se à Inglaterra e era invadido pela França. Em face da postura ofensiva de Napoleão, que em Agosto de 1807 ordenou a preparação de um exército com 28 000 homens para invadir Portugal (sob o comando do general Junot, antigo embaixador em Lisboa), nada mais restou a Portugal que continuar a sua opção pela tradicional e estratégica aliança com a Inglaterra.

Nos últimos dias antes da invasão e apesar do alistamento de 14 000 recrutas em Lisboa, do deslocamento das tropas de fronteira para o litoral, da esquadra portuguesa no Mediterrâneo ter sido chamada ao Tejo, havia consciência de que não se podia resistir aos franceses. ¹⁸

¹⁷ Para Mendo Castro Henriques “durante a maior parte da guerra peninsular, foi o organizador da vitória do Exército Português” (697).

¹⁸ Poucos estavam ao lado do Marquês de Alorna que ainda pensava lutar contra o exército de Napoleão.

A transladação da corte e do governo (cerca de 15 000 pessoas) para o Brasil¹⁹ seria feita por parte significativa da marinha portuguesa, com uma esquadra de 8 naus, 4 fragatas, 12 brigues e uma galeota, acompanhada de 31 navios mercantes e sob o comando do vice-almirante Manuel da Cunha Sotomaior, a 29 de Novembro de 1806 (com o embarque feito desde 27 de Novembro). Para além de ter sido um sucesso estratégico, esta manobra constituiu um feito de armas (para Napoleão, os navios portugueses eram muito importantes para a contabilidade marítima) que se prolongaria nas várias vitórias que teriam lugar no continente sul-americano. D. João deixava ordens para que não se resistisse aos invasores e uma junta de governo destinada a garantir o funcionamento do território, com instruções para colaborar com Junot.

Entretanto, Junot e as suas desgastadas tropas entravam em Lisboa a 30 de Novembro, a tempo de avistarem a frota portuguesa em direcção ao Brasil, com a casa real, o governo português, parte significativa da aristocracia portuguesa e a Marinha,²⁰ símbolo da manutenção do Império e da soberania portuguesa. Tal como escrevera D. João, reconhecendo ser impossível a luta armada, era a melhor maneira de preservar a Coroa, “razão da sobrevivência nacional”.

4. Considerações Finais

Depois do “Rossilhão” e da “Guerra das Laranjas”, ficou patente a necessidade de uma profunda reorganização da Instituição Militar e em particular do Exército e dos seus quadros superiores. No entanto, e apesar da situação política internacional colocar então Portugal na fronteira do conflito entre a potência marítima e a continental, o esforço nacional foi feito sobretudo no âmbito da estratégia diplomática (com especial incidência na política de neutralidade), descurando claramente a estratégia militar, então, tal como hoje, íntima aliada da estratégia económica.

Na consolidação das diferentes opções políticas e estratégicas, chocavam frequentemente as raízes culturais francesas e a tradicional aliança estratégica inglesa, divisão não só sentida ao nível dos decisores, mas também de toda a sociedade e muito especialmente dos militares.

¹⁹ Esta opção já tinha sido equacionada em 1580 (aconselhada ao Prior do Crato), durante a restauração pelo Padre António Vieira, poucos dias antes da guerra dos sete anos e mesmo em 1801.

²⁰ Pouco depois o exército era reduzido e desarticulado (dissolução das milícias e das ordenanças). Foi criada a Legião Lusitana com as tropas de linha (corpo com 7 regimentos de infantaria, a 1600 homens cada, 4 regimentos de cavalaria, a 400 homens cada e um regimento de artilharia), sob o comando do marquês de Alorna. A 16 de Março de 1808 esta força passaria a fazer parte do Exército Imperial de França.

Apesar das sucessivas reformas, com especial destaque para a de 1806, não havia capacidade, mas sobretudo vontade, para fazer face ao invasor francês.

O Exército apresentava muitas lacunas em termos de organização, de efectivos, de reequipamento, de liderança e de disciplina. Mesmo com as novas escolas de formação de oficiais, a aristocracia continuava a dominar as chefias militares, transpirando com facilidade as lutas políticas, o desconhecimento da profissão militar, a indisciplina, a desorganização e muitas vezes a confiança de que os aliados (em particular a Grã-Bretanha) resolveriam os problemas decorrentes de invasões ao território nacional. Entre os poucos sabedores, organizadores e lutadores, não podemos deixar de destacar Martinho de Melo e Castro na Marinha, e D. Miguel Pereira Forjaz do Exército, figura impar neste período e que continuaria como arquitecto das sucessivas reformas da instituição militar até 1820.

A Marinha, pelo contrário, contribuía de modo significativo para que fossem atingidos parcialmente os objectivos estratégicos nacionais, ao combater em vários teatros de operações na protecção das linhas de comunicações, mas também ao conseguir rumar ao Brasil com cerca de 15 000 pessoas, nas quais se incluíam a Casa Real, o Governo, a Aristocracia, e muitos outros portugueses que levaram consigo a soberania Portuguesa.

Como em relações internacionais não é neutro quem quer mas quem pode, Portugal foi obrigado por Napoleão a empenhar-se do lado da potência marítima, quando ficou claramente na fronteira do conflito entre a Inglaterra e a França. Fossem outras as capacidades do Portugal Militar de 1807 e a História poderia ter sido bem diferente, porventura no mau sentido.

Em síntese, pensamos que a estratégia nacional terá sido condicionada pelas lacunas (no caso da marinha pelas capacidades...) do Portugal militar (desde o homem, ao material, passando pela organização), mas também por outros factores de poder, como o económico e muito especialmente como o geopolítico.

Na salvaguarda dos objectivos estratégicos nacionais, a opção Brasil foi então a mais acertada... também por isso aqui estamos hoje, a falar português e sob as cores de um Portugal independente e soberano.

Que Deus Guarde a Vossas Excelências...

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Fortunato de. 1929. *História de Portugal*. Vol. IV. Coimbra.
- Amaral, Manuel Carlos de Lara Everard do. 2006. Uma Reforma do Exército Sempre Adiada, De 1801 a 1807. In *Actas do XV Colóquio de História Militar*. Volume I. Lisboa: CPHM, 343-350.
- Amaral, Manuel. 2004. *Olivença 1801: Portugal em Guerra do Guadiana ao Paraguai*. Lisboa: Tribuna.
- Borges, João Vieira. 2000. *Intervenções Militares Portuguesas na Europa do Século XVIII; Uma Análise Estratégica*. Lisboa: Atena e IAEM.
- Borges, João Vieira, D. 1993. *Miguel Pereira Forjaz: Patrono da AM 93/94*. AM.
- Chaby, Cláudio de. 1865-1880. *Excerptos Históricos e Coleção de Documentos Relativos à Guerra Denominada da Península e às Anteriores de 1801 e do Rossillon e da Catalunha*. 5 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Chagas, Manuel Pinheiro. 1902. *História de Portugal*. vols. VII e VIII. Lisboa.
- Coelho, José Maria Latino. 1917. *História Militar e Política de Portugal*. 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Henriques, Mendo Castro. 2006. D. Miguel Pereira Forjaz, Organizador da Vitória: 1801-1809. In *Actas do XV Colóquio de História Militar*. Volume II. Lisboa: CPHM. 697-723.
- Marques, A. H. de Oliveira. 1985. *História de Portugal*. 12.ª Ed. Lisboa: Palas Editores.
- Marques, Fernando Pereira. 1999. *Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Edição Cosmos. IDN.
- _____. 1981. *O Exército e a Sociedade em Portugal*. Lisboa: Biblioteca de História.
- Martins, Ferreira. 1945. *História do Exército Português*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Nogueira, José Manuel Freire. 2004. *As Guerras Liberais: uma reflexão estratégica sobre a História de Portugal*. Lisboa: Edição Cosmos. IDN.
- Oliveira, Humberto. 1991. A Participação Portuguesa na Campanha do Rossilhão. In *Actas do II Colóquio*. Lisboa.
- Pereira, José Rodrigues. 2005. *Campanhas Navais 1793-1807*. Lisboa: Tribuna da História.
- Ribeiro, António Silva. 2004. *Organização Superior de Defesa Nacional: uma visão estratégica 1640-2004*. Lisboa: Prefácio.
- Rubim, Nuno Varela. 1985. *Artilharia Histórica Portuguesa*. Lisboa: Museu Militar.
- Selvagem, Carlos. 1931. *Portugal Militar*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.
- Ventura, António. 2004. *A Guerra das Laranjas: A perda de Olivença 1796-1801*. Lisboa: Prefácio.
- Vicente, António Pedro. 2000. *O Tempo de Napoleão em Portugal: Estudos Históricos*. 2.ª ed. Lisboa: CPHM.